

PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE: PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Municipal education plans in the Southeast Region: planning, monitoring and evaluation

Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro – UEMG/Passos*

Karina Elizabeth Serrazes – UEMG/Passos **

Nara Camila Correia - UEMG/Passos ***

Resumo: O presente artigo refere-se a pesquisa em torno da temática Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba, organizado pelo GEPLAGE - Grupo de Estudo e Pesquisa Estado Política Planejamento e Gestão da Educação. Inserindo-se na pesquisa, por meio do Grupo Geplage UEMG/Passos, num trabalho colaborativo em rede, os autores analisaram publicações referentes à região sudeste do Brasil, quanto à agenda de trabalho estabelecida, o fluxo de monitoramento e avaliação e encaminhamentos para a correção destes fluxos, conforme as metas delineadas em nos Planos Municipais de Educação (PMEs). Como metodologia optou-se pela pesquisa tipo estado do conhecimento, centralizando os estudos nas principais plataformas de publicações de teses, dissertações e artigos científicos de qualis A1 a B1, com descritores definidos dentro do marco temporal de 2015-2020. Identificou-se nesta pesquisa um número considerável de publicações que contribuem sobremaneira nos estudos referentes à temática estabelecida.

Palavras-chave: Planejamento educacional. Monitoramento. Estado do conhecimento.

Abstract: This article refers to research on Educational Planning: monitoring and evaluation of Municipal Education Plans in the Metropolitan Region of Sorocaba, organized by GEPLAGE - Study and Research Group State Policy Planning and Education Management. Inserting themselves in the research, through the Geplage UEMG/ Passos Group, in a network work, the authors analyzed publications present in the southeastern region of Brazil, regarding the established work agenda, the monitoring flow and the evaluation flow and referrals to the flow correction, according to the goals outlined in their Municipal Education Plans. As a methodology, state-of-the-art research was chosen, studies were centralized on the main platforms for publishing theses, dissertations and scientific articles from qualis A1 to B1, with descriptors defined within the time frame of 2015-2020. A considerable number of publications were identified that contribute greatly to studies related to the established theme.

Keywords: Educational planning. Monitoring. State of knowledge.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE UEMG/ Passos – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e Docente da Área de Didática e Avaliação da Aprendizagem, junto à UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Passos-MG. E-mail: elidiavjr2@gmail.com.

** Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Araraquara (2016), membro do GEPLAGE UEMG/ Passos – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente da área de Políticas Públicas e Gestão da Educação, junto à UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade de Passos-MG. E-mail: kserrazes@gmail.com.

*** Graduada em Têxtil e Moda pela Universidade de São Paulo - Campus Leste. graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais e membro discente do GEPLAGE UEMG/ Passos – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação. E-mail: naracamila@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na realidade da educação brasileira a discussão sobre planejamento da educação, de acordo com Nascimento (2018), apresenta-se sob diferentes perspectivas como também “concepções e cenários complexos, articulados aos sistemas de ensino”. Nesse sentido, compreende-se que a trajetória histórica do planejamento educacional segue percursos de movimentos de desarticulação e discontinuidades, com avanços e retrocessos, pois geralmente as políticas que subsidiam são tratadas como políticas de governo e não políticas de Estado como deveria ser. Santos (2020, p. 19) explicita o caráter participativo do Plano Nacional de Educação (2014-2024), “[...] ao delinear o monitoramento e a avaliação de sua execução.” A Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), em seu parágrafo 2º, artigo 5º, representa um avanço pois, com a determinação de que

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes (BRASIL, 2014).

Embora o PNE (2014-2014) possa ser destacado por alguns autores como uma legislação que apresentou alguns avanços em termos educacionais, quando se pensa na efetivação de políticas públicas, faz-se necessário uma análise crítica, sobre como esse processo ocorre na realidade educacional, envolvendo os diferentes entes federados e a complexidade existente em nosso país com suas diversas realidades. No contexto da análise das políticas educacionais, o Projeto de Pesquisa Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), desenvolvido no âmbito do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-Sorocaba), coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, se justifica ao considerar como objetivo central “analisar a percepção da Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação, a partir dos municípios mais populosos da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) quanto à agenda de trabalho estabelecida, o fluxo de monitoramento e o fluxo de avaliação e encaminhamentos para a correção de fluxo, conforme as metas delineadas em seus Planos Municipais de Educação e a gestão participativo-democrático propriamente dita conforme propõe Lima (2020).

Em parceria com o GEPLAGE/UFSCar, campus Sorocaba, o Grupo GEPLAGE/ UEMG/Passos - Grupo de Estudo e Pesquisa Estado, Política, Planejamento e Gestão da Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa, junto ao CNPq, pretende realizar pesquisas em rede, inicialmente participando do projeto acima referido, buscando compreender na região de Passos/MG a especificidade do tema em sua localidade. Portanto, parte-se de forma ampla, da verificação dos estudos sobre Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, em nível nacional, percorrendo a região sudeste do país, para posteriormente identificar como a temática é reconhecida na particularidade do estado de Minas Gerais e na microrregião de Passos. Percebe-se que o monitoramento e a avaliação são importantes mecanismos de gestão das políticas públicas, pois estas deveriam investir na igualdade de condições quanto ao exercício dos direitos dos cidadãos, em especial do direito a uma educação de qualidade, o que pressupõe a diminuição das disparidades entre os sistemas de ensino e as instituições educacionais. De acordo com Bastos (2016) a:

[...] diversidade e a desigualdade social que caracterizam a sociedade brasileira, a constituição das políticas nacionais para a educação e a interferência internacional nessa agenda devem ser analisadas de forma conjunta para a compreensão do planejamento educacional. Os desafios que se impõem ao desenvolvimento do atual Plano Nacional de Educação (PNE) também estão presentes na constituição das políticas educacionais descentralizadas ou locais, embora as questões assumam outras proporções e particularidades (BASTOS, 2016, p. 21).

Nesse cenário, observa-se de forma muito clara, contradições no campo das políticas educacionais que, mesmo após a sanção do PNE vigente encontram-se presentes em nossa sociedade. Para Bastos (2016), ao se estabelecer metas para a educação brasileira, desde a educação infantil até o ensino médio, como também para a gestão e financiamento educacional e formação de profissionais, o PNE (2014-2024) veio com uma expectativa de caracterizar-se como importante ferramenta para a

configuração de um verdadeiro Sistema Nacional de Educação e para o desenvolvimento de sistemas e planos estaduais e municipais em todo o país, considerando-se como “epicentro do planejamento educacional desenvolvido em todo o país, pois representa as metas e os objetivos para a nação brasileira em termos de educação” (BASTOS, 2016, p. 21). Além disso, o autor argumenta que

As implicações e as possibilidades advindas do PNE se multiplicam e ecoam nos Estados e municípios, mas como todo projeto coletivo, depende de planejamento participativo e do estabelecimento de estratégias para sua concretização (BASTOS, 2016, p. 22).

Como parte da ação governamental, as atividades de elaboração, avaliação e monitoramento, são inerentes ao planejamento e devem ser voltadas a sistematizar as informações necessárias, identificando o que é prioritário para o atendimento à população e para que ocorra o sucesso esperado, cuja análise visa a manutenção da política ou a sua correção ao longo da execução das ações. Santos (2020) afirma que o monitoramento requer o exame contínuo dos insumos, atividades, processos e produtos implicados em todas as etapas de uma intervenção, com a finalidade de otimizar a gestão de um programa, obtendo mais eficácia, eficiência e, dependendo do alcance do monitoramento, efetividade.

De acordo com Santos (2020), os pontos centrais do monitoramento são a flexibilidade para dialogar com a dinâmica de implementação de cada programa, a ênfase nas metas prioritárias, sejam estas quantitativas ou qualitativas, a responsabilidade compartilhada da administração pública federal, a articulação federativa e a participação e controle social público. Nesta perspectiva, neste artigo realizou-se estudos do “estado do conhecimento”, como percurso metodológico definido na presente pesquisa, a fim de favorecer a realização do processo de busca no campo investigativo, em que o pesquisador é o protagonista, e a investigação se dá por meio do conhecimento amplo sobre os temas que se estuda atualmente dentro da temática identificada neste trabalho.

O estado do conhecimento, de acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 155) caracteriza-se como um processo de “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Além disso, ao realizar o estado do conhecimento, percorre-se um olhar pelos periódicos, teses, dissertações e artigos científicos sobre uma temática específica, destacando-se as contribuições que os trabalhos selecionados podem trazer como elemento novo para a pesquisa. Deste modo, cabe-nos refletir que a:

[...] construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. Em outras palavras, a produção está inserida no campo científico e, conseqüentemente, em suas regras constitutivas (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 156).

As etapas que foram desencadeadas se referem a seqüência do trabalho realizado a partir dos estudos estado do conhecimento, passando pela análise de textos sobre produção científica, seus princípios, políticas e condicionantes, identificação da temática de teses ou dissertações, nos resumos e palavras-chave ligada ao tema, leitura e discussão sobre produção científica no plano teórico e no empírico (teses, dissertações, livros, congressos) e identificação de fontes e constituição do corpus de análise.

Nesta primeira etapa o estudo Estado do Conhecimento, por intermédio da verificação das produções acadêmicas, realizou-se buscas a partir de teses, dissertações e artigos de periódicos e revistas, sobre Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, com delimitações previamente definidas no projeto inicial.

A partir do projeto inicial elaborado por Lima (2020), dentro de um recorte temporal, definiu-se os anos de 2015-2020, para a realização da pesquisa das publicações produzidas neste período. O grupo de pesquisadores do Geplage foi subdividido em equipes pelas diferentes regiões do país, sendo que o presente artigo, centralizou seus estudos nas publicações localizadas na Região Sudeste do país e seguindo os descritores definidos, considerando de mesmo modo, os critérios de exclusão. As plataformas em que se desenvolveu a pesquisa foram: Banco de teses e dissertações da Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, Portal de Periódicos da Capes, SciELO - Scientific Electronic Library, com artigos localizados em extratos dentro do intervalo A1 e B1 e Biblioteca da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - GT 5, Estado e Política Educacional e da ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

A partir da pesquisa junto às referidas plataformas, observou-se que a temática Planejamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação, precisa ser mais explorada, no entanto, referente a região sudeste, nosso objeto definido como local epistemológico em nível bibliográfico, encontramos produções muito significativas que nos auxiliaram na escrita deste trabalho.

Falar sobre a precarização do trabalho docente não é nenhuma novidade no cenário brasileiro, pelo contrário, já virou até "protocolo". Isso porque esse processo tem sido permeado por muito tempo no nosso país. Portanto, se trata de um processo que se arraigou na sociedade brasileira e que está vigorosamente presente na hodiernidade. Embora no final do século XX dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 tenham primado sobre a valorização do trabalho docente, notamos que na realidade educacional quase não houve melhorias, a valorização ficou apenas no papel (OLIVEIRA; PIRES, 2014). Além disso, a partir da década de 1990 verifica-se a intensificação da precarização do trabalho do professor (ABONIZIO, 2012; BORGES; CECÍLIO, 2018; MAROZONEZE; LARA, 2011). Na conjuntura hodierna notamos que apesar de diversos embates e enfrentamentos realizados por movimentos sociais e educadores na tentativa de buscar melhorias, valorização, prestígio, investimentos, a educação e a profissão docente continuam desvalorizadas, precarizadas e ignoradas pelos governantes. Ratificando isso, Lucyk e Graupmann (2017, p. 13) pontuam o seguinte:

É mister afirmarmos que a educação é de fundamental importância ao desenvolvimento do homem, sendo concebida enquanto principal via de acesso ao progresso socioeconômico de um país. Contrariando o esperado, ao mesmo tempo em que a educação é apontada como elemento de basilar relevância, também sofre um substancial desprestígio da sociedade. Frente a isso, o/a professor/a, da mesma forma que a educação, vem sofrendo um constante desrespeito social e financeiro, atuando em péssimas condições e longas jornadas de trabalho.

Sendo assim, nota-se que até então os professores não tinham sido "percebidos" pelos governantes do Brasil, entretanto, com a entrada do novo governo brasileiro em 2019, isso mudou, porém para uma situação ainda mais tenebrosa. Agora, além da desvalorização, o governo tem incitado um discurso de perseguição ao professor. Logo, o professor passou de "despercebido" a "perseguido". Deste modo, surgem as seguintes indagações: Quais as implicações deste novo processo para os professores? Qual o papel do professor neste cenário vigente?

Portanto, este ensaio surge da necessidade de se compreender as implicações do discurso de perseguição aos professores e objetiva tentar compreender o papel do professor na atual conjuntura brasileira, tendo por base que, como se já não bastasse a desvalorização que os professores têm sofrido historicamente em nosso país, agora tem pairado uma onda de perseguição ideológica a eles. O presente ensaio, a fim de alcançar seu objetivo, foi dividido em dois tópicos, o primeiro fará uma abordagem sobre as dimensões da precarização do trabalho docente no Brasil, enquanto o segundo buscará refletir sobre as implicações do discurso de perseguição aos professores e sobre o papel do professor no atual cenário brasileiro.

O ESQUEMA PARADIGMÁTICO QUANTO AO CAMINHO METODOLÓGICO E AS PRODUÇÕES LOCALIZADAS

Primeiramente, a partir das publicações de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, bem como de artigos referentes à temática da pesquisa, buscou-se contemplar o nível técnico, quanto à coleta, organização e tratamento de dados. Nesse sentido, a sistemática configurou-se com delimitações definidas da seguinte forma: delimitação temporal: publicações envolvidas no período de 2015-2020; pesquisas por regiões do Brasil, no caso deste artigo, fixou-se nas publicações da Região Sudeste; as equações da pesquisa foram definidas como Bloco 1: "planejamento educacional" + "planos municipais de educação" + "monitoramento e avaliação da educação"; Bloco 2: "monitoramento e avaliação da educação" + "plano municipal de educação"; Bloco 3: "monitoramento

e acompanhamento dos planos municipais de educação"; os trabalhos a serem selecionados devem ser no intervalo A1 e B1 (A1, A2, A3, A4, B1) (LIMA, 2020).

Na plataforma Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), referente ao Bloco 1, foram encontrados 5.536; quanto ao Bloco 2 da metodologia da pesquisa, 5.396 publicações e Bloco 3, 5.318 publicações. Após o refinamento de busca, quanto à área da Educação, delimitação temporal, e identificação das instituições localizadas na região sudeste, posterior leitura dos títulos, resumos e palavras chaves, foram selecionadas apenas dez publicações, sendo cinco dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado. Como critérios de exclusão, foram apontados: publicações dentro do período delimitado, porém, centrou seus estudos em período anterior a 2015, nosso foco da pesquisa, artigos que tratam especificamente sobre gestão democrática, atuação dos diretores de escola, avaliação em larga escala, formação continuada, inclusão digital, Educação Infantil, educação integral, sobre Plano Nacional de Alfabetização, qualidade da educação e políticas educacionais no período 2003-2010, Programa Creche/Escola, inclusão escolar, avaliação na Prova Brasil, ENEM, ENADE e os cursos de Graduação Tecnológica, Ensino Religioso, Programa mais educação, Educação especial no Ensino Superior, Escola sem partido, Escolas do Governo Municipal paulista, políticas públicas do livro, políticas de inclusão, Educação de Jovens e Adultos, a Política Educacional do PROEJA, a História da África nos livros didáticos, Programa Nacional de Gestores, internacionalização da Educação Superior, salas de recursos, bonificação de resultados, seriação, políticas públicas em saúde, Saesp, Avaliação externa e Plano Nacional de Educação, concepção de gestão escolar, Rádio escola, política pública UAB.

Dentre os trabalhos selecionados, observou-se que os pesquisadores e orientadores destas pesquisas, são diferentes em todas elas. A maior parte das publicações realizaram-se nos anos de 2016 e 2017, cinco e três respectivamente, com publicações em 2018, 2019, 2020, uma em cada um dos anos. As instituições envolvidas nas pesquisas dos trabalhos foram: UFES, UNOESTE, UNISO, UFO, UFJF, UFF, PUC, UFM, UFSCar e UFPR, que publicou a pesquisa sobre os Planos de Educação na Zona da Mata Mineira.

A pesquisa que resultou na publicação da dissertação de mestrado de Rosângela dos Santos, com o título *A participação social no monitoramento e avaliação dos Planos dos Municípios da Zona da Mata Mineira*, "teve como objetivo analisar como vem se delineando a participação dos sujeitos sociais coletivos no monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) da Mesorregião da Zona da Mata Mineira (SANTOS, 2020). Santos (2020) conclui em sua pesquisa que a participação do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação, não se deu em consonância ao que prevê a Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), demonstrando as fragilidades que a gestão dos sistemas ainda manifesta em relação aos princípios democráticos defendidos no plano.

Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União (BRASIL, 2014).

Bastos (2016), em sua dissertação de mestrado com o título *Sistemas Municipais de Ensino: a gestão das políticas educacionais do município de Serra/ES*, analisa a gestão das políticas educacionais do referido município no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024), indicando discussões sobre algumas políticas educacionais implantadas nos últimos anos, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e como contribuem para fortalecer as competências técnicas e políticas dos municípios ao buscarem promover a participação social, os estudos, debates e o planejamento educacional.

Na dissertação de mestrado de Nascimento (2018), *O Plano Nacional de Educação e os desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Educação*, realizada a defesa no âmbito da UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista, o foco descrever o processo de elaboração dos PMEs e averiguar os limites e as possibilidades de ações dos municípios na construção de seus documentos educacionais, a partir do impacto das discussões do novo Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024).

Pereira (2019, p. 10) defende em sua dissertação de mestrado *Concepções de estado e planejamento presentes no Plano Municipal de Educação de Uberlândia -MG (2015/2025): uma análise do processo de elaboração, que "houve certa coerência nos documentos norteadores do PME, indicando uma concepção de Estado e de planejamento ao longo de todo processo de elaboração do Plano". Sua*

pesquisa analisou o PME de Uberlândia-MG para o decênio 2010-2015, tendo como referencial as concepções de Estado e de planejamento presentes nesse processo, nos períodos dos governos de FHC, Lula, Dilma e Temer, em especial os planos de educação desse período, buscando compreender como desencadeou o processo de elaboração do PME de Uberlândia-MG, suas concepções e práticas.

No desenvolvimento da pesquisa de Farias (2016) no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), *As ações participativas na elaboração e no monitoramento do PME de São Caetano*, apresentou-se como objetivo analisar a participação social nos processos de elaboração e monitoramento do Plano Municipal de Educação do município, tendo como pressuposto que referido monitoramento caracteriza-se como etapa essencial para o processo seja participativo e democratizante, considerando os ciclos de políticas públicas de São Caetano do Sul – SP. Como resultado, apontou a necessidade de programas de formação e possibilidades de ação que, instituídas, possam ser estendidas ao monitoramento das outras metas ou mesmo de planos de outros municípios.

Em relação às teses de doutorado selecionadas em nossa busca, a primeira intitulada *Implicações para o regime de colaboração: uma análise das formas de colaboração no planejamento da educação fluminense*, Teixeira (2017), analisa como os planos de educação de estados e municípios, ajustados em face ao novo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal n.º 13.005/14, deveriam definir as formas de colaboração com vista ao cumprimento das metas neles fixadas, no entanto, ressalta o papel do Estado na formulação de políticas públicas. Em sua análise, identificou que os documentos do planejamento da educação fluminense não expressam elementos que possam garantir formas de colaboração para a materialização da organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

A pesquisa em nível de doutorado pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, *Gestão educacional em redes municipais de ensino do Rio de Janeiro: rumo a uma educação com qualidade e equidade*, realizada por Waldhelm (2016), considera a perspectiva da federação tridimensional que estabeleceu o município como ente federado a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN 9.394 de 1996, sendo que a intensificação da municipalização do ensino fundamental implicou em novas responsabilidades para as equipes gestoras locais, tornando seu trabalho mais complexo e observou-se em seus estudos que há compromisso das equipes locais e esforços expressivos, ainda que diferenciados em cada caso. "Contudo, as interferências externas, em especial da política local e limitações de natureza técnica, em contextos socioeconômicos de poucos recursos das famílias e da rede pública de ensino dificultam a elaboração de políticas educacionais que logrem promover qualidade com equidade educacional" (WALDHELM, 2016, p. 7).

Em nossa busca por publicações de teses e dissertações, nos deparamos com a publicação *O papel dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais na formulação de políticas públicas de educação*, pesquisa realizada por Queiroz (2017), que analisou o papel dos CME de alguns municípios mineiros, buscando compreender o papel dos CME do estado de Minas Gerais, integrantes de Sistema Municipal de Ensino, na formulação das políticas públicas de educação.

Pela Universidade Federal de Uberlândia/MG, Mariano (2016) publicou *O Plano de Ações Articuladas (PAR): uma perspectiva de gestão e planejamento na educação pública municipal de Uberlândia-MG*, Neste trabalho, discutiu-se a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR), que se caracteriza em uma proposta que representa instrumento de gestão no âmbito nacional, como parte integrante de diversas iniciativas do Governo Federal no intuito de garantir melhor qualidade do ensino aprendizagem na educação brasileira, bem como a efetiva garantia da cidadania e igualdade de oportunidades na sociedade. Dessa forma tentou-se identificar seus efeitos na gestão educacional no município de Uberlândia-MG. Como resultados, apontou-se fragilidades do desempenho do papel normativo dos CME decorrentes "[...] dos aspectos atinentes aos constrangimentos impostos pelo desenho institucional, à dinâmica associativa e condições políticas do município, bem como pela atuação dos atores em interconexão com outras arenas decisórias" (MARIANO, 2016, p. 6).

Oliveira (2016) em sua pesquisa *O Plano de Ações Articuladas - PAR: o processo de indução das políticas educacionais dos sistemas de ensino*, publicada junto ao UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, tem como objeto o estudo do Programa de Ações Articuladas (PAR) vinculado a outras políticas públicas educacionais, como o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), Compromisso Todos pela Educação e o Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB),

dada a importância de investigar a racionalização e a internacionalização das políticas públicas em educação empreendidas pelo Estado Brasileiro. A partir dos estudos realizados Oliveira (2016) conclui que o PAR, assim como outras políticas do governo federal, tem buscado a possibilidade de implementação para consolidar-se como instrumentos de medição e monitoramentos, “[...] introduzindo na educação pública formas de governança que reduzem cada vez mais a autonomia e capacidade de decisão local” (OLIVEIRA, 2016, p. 5).

A partir das publicações selecionadas na plataforma Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), observou-se diferentes ângulos de visões que nos levou a maior compreensão de como as políticas públicas educacionais têm levado o município a ser o foco das decisões, e das ações em prol a melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido em Teixeira (2017) observou-se que:

[...] Os municípios, como entes federados autônomos, precisam se apropriar de suas atribuições e de sua autonomia e, ainda, posicionar-se como entes colaboradores da proposição feita pelo texto constitucional de 1988. Os sistemas de ensino municipais e estaduais, assim como as pessoas que neles trabalham, não são meros executores de políticas educacionais e programas governamentais de outros entes federados. No entanto, esses entes federados não podem ignorar o contexto em que estão inseridos e o fato de sua autonomia, de acordo com Saviani (2014), não significar soberania. As formas de relacionamento entre os entes federados, tanto horizontal quanto verticalmente, devem ser mais sofisticadas e balizadas por um tratado entre todos (TEIXEIRA, 2017, p. 33).

Em Nascimento (2018, p. 28) encontra-se como o movimento de elaboração do PNE (2014-2024) atribui uma grande tarefa aos “[...] 26 Estados, 5.570 municípios e ao Distrito Federal: o dever de elaborar, ou adequar, no prazo de um ano, de forma ágil e organizada, os seus respectivos planos estaduais, municipais e distrital de educação”. Sem dúvida, se estabeleceu uma exigência legal que teria como meta que, esses planos subnacionais deveriam ser elaborados com qualidade técnica e participação social, sem o que o PNE não terá êxito.

No site do Ministério da Educação (MEC), conforme Nascimento (2018) 25 estados brasileiros elaboraram ou adequaram seus PEE, representando 92% e em relação aos municípios, houve adesão de 5.546, ou seja 99,56%. Diante da histórica desigualdade social que o Brasil enfrenta, elaborar um Plano de Educação implica assumir um grande compromisso, no sentido da garantia de uma educação escolar com qualidade para todos (NASCIMENTO, 2018). O plano deverá indicar as diretrizes, as metas e as indicações e a forma como os entes federados irão buscar formas para que as metas sejam atingidas procurando desenvolver ações políticas que “estejam sustentadas teoricamente numa visão sistêmica, que pressupõe ações pautadas em princípios de cooperação e colaboração” (NASCIMENTO, 2018).

Na plataforma Periódicos da Capes foram identificados, seguindo a sistemática dos parâmetros de buscas da pesquisa, no Bloco 1 identificou-se 357 resultados, no Bloco 2, 72, e, no Bloco 3, 471 resultados. Após refinamento de busca, delimitando a partir do aspecto temporal da pesquisa, artigos em português e inglês, artigos e periódicos revisados pelos pares, considerando os critérios de exclusão, foram selecionados 4 artigos: *O planejamento da educação brasileira (PNE 2001-2024)*, de Lima (2020), *Papel dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração e monitoramento dos Planos Municipais de Educação*, de Manfio (2021), *Uma análise do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Rio Claro-SP*, de Silva e Segatto Muranaka (2017) e *O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo*, Azevedo e Aquino (2016).

Após leituras dos resumos e das palavras chave dos trabalhos selecionados a partir da pesquisa junto aos periódicos da Capes, observou-se que os estudos em comum tratam sobre o planejamento e as necessidades educacionais dos municípios, com a identificação de um descompasso entre metas previstas, metas alcançadas (LIMA, 2020), a importância do Plano Municipal de Educação para a qualidade de ensino dos municípios (MANFIO, 2020), o processo de elaboração do PME como instrumento de política educacional em oposição a imprevisibilidade (SILVA; SEGATTO MURANAKA, 2017) e planejamento e orçamento financeiro em municípios de pequeno porte em São Paulo (AZEVEDO; AQUINO, 2016).

Quanto às buscas na Scientific Electronic Library Online (SciELO), a partir dos critérios selecionados nesta pesquisa, identificou-se dois artigos científicos. O primeiro de Fernandes e Abiatti (2021), *Inter-*

relação entre direito à educação e planejamento educacional: uma análise da produção científica, que pesquisou o conhecimento produzido no Brasil acerca do direito à educação e sua articulação com a temática "planejamento educacional", no período de 1988 a 2018. Para isso os autores analisaram teses e dissertações com vistas a compreender o desafio de superar o descompasso entre intenções e ações no campo do processo de efetivação do direito garantido no ordenamento jurídico brasileiro. Segundo Fernandes e Abiatti (2021),

[...] o planejamento sistemático de ações, visando garantir não apenas a proteção do direito em questão, mas também a minimização das desigualdades sociais presentes e arraigadas em nossa sociedade, é condição *sine qua non* para que as políticas educacionais alcancem seus objetivos e, por conseguinte, sejam realizadas ações permanentes para a garantia da qualidade educacional, o que implica - dentre outras questões - a democratização da educação e do ensino, a transparência e adequação do orçamento público e a concretização do projeto societário democrático voltado à formação do sujeito de direito (FERNANDES; ABIATTI, 2021, p. 1).

O segundo artigo científico identificado na Revista Scielo, com o título *Permeabilidade Estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os planos municipais de educação (2014-2024)*, publicado por Tripodi (2018), foram apresentados resultados de pesquisa, que buscou mapear tendências de modos de oferta de educação infantil, na etapa creche, explicitadas em Planos Municipais de Educação (PMEs), formulados e/ou reformulados em 2015, por determinação do art. 8º da Lei n. 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década de 2014-2024, apontando interação significativa entre Estado e instituições do terceiro setor na oferta da educação infantil, observado nos Planos Municipais de Educação.

Na pesquisa junto a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), GT - Grupo de Trabalho 05, não encontramos em sua Biblioteca trabalhos correspondentes aos descritores pesquisados "Planejamento educacional", "PME OR Plano Municipal de Educação", "Monitoramento e avaliação da educação" "Monitoramento e avaliação da educação OR PME" e "monitoramento e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação." Ao utilizar o descritor "Planejamento OR Plano Municipal de Educação" foram encontrados 12 trabalhos, mas nenhum deles estava dentro do escopo da pesquisa, ou seja, dentro do marco temporal de 2015-2020 e da localidade elencada, a região sudeste.

Nos Anais das reuniões nacionais da ANPED identificamos vários trabalhos que correspondem aos descritores pesquisados, porém aplicados os filtros do período, região e grupo de trabalho 05 - Estado e Política Educacional, identificamos somente o trabalho de Scaff e Ferreira (2019), apresentado no painel temático da 39ª Reunião Nacional da ANPED e que indica como problemática "como vem se constituindo o processo de planejamento educacional nos estados e municípios brasileiros?"

Para as autoras os planos educacionais são considerados "[...] instrumentos fundamentais para a efetivação da política pública de educação, que se realiza no contexto de condições objetivas que se processam na esfera local" (SCAFF; FERREIRA, 2019, p. 3), de forma que o poder local, permeado por conflitos e disputas, tem papel importante no processo de monitoramento do Plano Nacional de Educação e por conseguinte, dos planos estaduais e municipais de educação.

A conjugação de forças em âmbito local constituiu-se em estratégia do Estado brasileiro no processo de elaboração do PNE 2014-2024, portanto, a participação dos entes federativos locais no processo de seu monitoramento faz-se crucial para a consecução das metas de estratégias desse plano. Entendido dessa forma, o monitoramento pode ser considerado como uma avaliação em processo (RUA, 2007), que permite o acompanhamento da política com vistas a identificar avanços e fragilidades em sua execução, de forma a subsidiar o poder público com dados que permitam ajustes e correções a serem aplicados no decorrer do processo, para que seu objetivo final seja alcançado (SCAFF; FERREIRA, 2019, p. 3).

As autoras coletaram dados na página eletrônica do PNE (MEC, 2019) e constataram que em relação ao monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, "[...] 2.009 municípios brasileiros possuíam relatórios de monitoramento do PME em 2018, o que ultrapassa 1/3 do total de municípios, e 1.181 possuíam relatórios de avaliação" (SCAFF; FERREIRA, 2019, p. 5). Ao detalhar mais os dados por região do país, Scaff e Ferreira (2019) afirmam que

Na região Sudeste nenhum município do estado de Minas Gerais apresentou relatório de monitoramento ou avaliação dos PMEs, já no Rio de Janeiro, embora não possua PEE aprovado, 57% dos municípios apresentam relatório de monitoramento dos PMEs. Em São Paulo 46% dos municípios efetuaram o monitoramento dos PMEs e no Espírito Santo, apenas 25%. (SCAFF; FERREIRA, 2019, p. 5).

Os dados coletados e analisados pelas autoras evidenciam a ausência do monitoramento e avaliação dos PMEs em pelo menos 2/3 dos municípios brasileiros, o que pode comprometer a concretização das metas em nível local, embora destaquem a importância de 1/3 dos municípios já terem relatórios de monitoramento disponíveis para consulta e acompanhamento.

Na pesquisa nos Anais das reuniões regionais da ANPED selecionamos quatro trabalhos no escopo da pesquisa, sendo que três deles foram apresentados na 13ª Reunião Científica Regional da ANPED-Sudeste, em Campinas/SP, de 15 a 18 de julho de 2018 e um na 14ª Reunião Regional da Anped-Sudeste, ocorrida no Rio de Janeiro/RJ, de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2020.

Os três trabalhos apresentados na reunião de Campinas em 2018 tratam de experiências específicas como o processo de formulação dos planos municipais de educação em Cabo Frio e Arraial do Cabo no estado do Rio de Janeiro, a participação da sociedade civil na elaboração dos planos municipais de educação na região metropolitana da grande Vitória, estado do Espírito Santo e o Conselho Municipal de Educação no processo de implementação do Plano Municipal de Educação de Santo André.

No primeiro trabalho mencionado as autoras Galvão e Patti (2018) afirmam que o processo de monitoramento e avaliação do PME é um desafio nas cidades da Região dos Lagos pesquisadas, pois a participação da sociedade civil no processo de elaboração dos planos foi bastante limitada. No segundo trabalho referente aos municípios da Grande Vitória, Bastos (2018) destaca que "o texto do plano municipal de educação ao qual nos referimos prevê e descreve a forma de avaliação e de monitoramento, o que vem sendo cumprido com qualidade e forte participação popular" (2018, p. 5). E no terceiro trabalho o autor Ferreira (2018) constata

[...] a necessidade de mais esforços, sobretudo no acompanhamento do cumprimento das metas. Assim, o monitoramento do PME é essencial para garantir a efetivação de cada uma das metas estabelecidas no texto. Neste contexto, o Conselho Municipal de Educação é primordial para assegurar os mecanismos e as políticas públicas que concretizem as metas do plano com a efetividade das proposições legais, projetos ou programas voltados para seu atendimento (FERREIRA, 2018, p. 3).

Corroborando com a ideia de que os Planos Municipais de Educação são instrumentos que podem contribuir para mudanças efetivas e qualitativas na educação e que por isso a participação ativa de toda comunidade escolar e o monitoramento e avaliação deste plano são imprescindíveis, Sehnem e Martins (2020) no trabalho apresentado na 14ª Reunião Regional da Anped-Sudeste, no Rio de Janeiro/RJ, afirmam que

Os Planos Municipais de Educação representam grande avanço no campo das políticas educacionais, pois se configuram como plano de Estado, cuja perenidade visa a superação de interesses político-partidários específicos de uma gestão. Em outros termos, sua validação pelo legislativo municipal e posterior sanção pelo chefe do executivo, o legitima e concede força de lei outorgando poderes a fim de transpor as diferentes gestões e governos. Contudo, a elaboração dos Planos se configura como uma tarefa complexa que traz inúmeros desafios, principalmente aos municípios menores, pois esse processo exige qualificação das equipes de profissionais dos órgãos centrais, assim como ações efetivas de envolvimento de diretores, professores e membros da comunidade (SEHNEM; MARTINS, 2020, p. 2).

Os autores analisam as ações e estratégias de secretarias e escolas municipais da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) – São Paulo e consideram que o PME tem a prerrogativa de evitar as discontinuidades das políticas educacionais, mas que seu monitoramento ainda enfrenta muitos desafios, pois em suas pesquisas identificaram relatórios disponibilizados virtualmente somente das cidades de Santos e Cubatão.

Assim, os trabalhos acadêmicos identificados nas reuniões regionais da ANPED, embora tratem de realidades específicas de alguns municípios da região sudeste demonstram que a temática tem sido pesquisada, analisada com diferentes abordagens e debatida em diversos eventos acadêmicos.

Nas pesquisas realizadas no site da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) também não identificamos livros e coleções com as expressões pesquisadas, mas nos Anais dos seminários regionais encontramos três trabalhos que envolvem a questão do monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, mas que não se referem à região sudeste e ao período delimitado.

No primeiro volume dos Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação de 2018 identificamos o trabalho de Angela Maria Martins intitulado *Planos Municipais de educação: impasses na gestão democrática da educação básica*, que menciona a questão do monitoramento, mas focaliza a discussão em torno da gestão democrática. No segundo volume dos anais do referido Congresso, o trabalho da professora Eliza Ferreira (2018), *Planejamento educacional no Brasil e suas intercorrências atuais*, problematiza a prática de planejamento no Brasil a partir de dados coletados a respeito do Plano de Ações Articuladas (PAR) no período de 2011-2014. De acordo com a autora, a interrupção abrupta do PAR após o golpe parlamentar de 2016 e a intervenção nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) demonstram uma ruptura nas ações de planejamento no país, em prol de reformas pontuais e de caráter mercantilista, fundamentadas nos princípios neoliberais. Para Ferreira (2018) neste contexto de mudança de direção de projetos educacionais, os Planos Municipais de Educação se encontram hoje em latência pela falta de apoio político e financeiro, pois é recorrente no país a dificuldade em estabelecer efetivamente políticas de Estado. Entretanto, a autora considera que

A experiência do PAR quanto do PNE (como os PEE e PME) vivida pelos entes federativos, em que pesem os limites ainda para vencer, revelaram situações de organização e de colaboração sistêmica com potencialidades de promover melhorias nas redes de ensino nos aspectos quantitativos e qualitativos (FERREIRA, 2018, p. 268).

Esse potencial de melhoria também é apontado por outros autores como Nogueira Oliveira, Santos Nascimento e Nunes Militão (2019), que afirmam que o Plano de Ações Articuladas (PAR) e outros programas e ações desenvolvidas pelo governo federal no contexto de vigência do PNE (2001-2010) estimularam a realização de diagnósticos referentes ao delineamento de metas e ações no sentido de consolidar o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração. Este trabalho foi identificado no site da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAAE, ligada à ANPAE, juntamente com outros 36 trabalhos a partir da pesquisa com a expressão planejamento educacional e destes selecionamos 5 trabalhos, que tratam do período de 2016 a 2020, mas não exclusivamente da região sudeste.

Hioni e Prearo (2020), por exemplo, analisam o nível de incorporação dos conceitos de planejamento estratégico pelas Secretarias Municipais de Educação (SMEs) da região metropolitana de São Paulo (RMSP) e afirmam que

O PNE, assim como o PME, traz diretrizes para a educação, estabelecendo metas que traduzem o Planejamento Estratégico (PE) do município e deixam clara a relação de todo o processo com o suporte legal que ampara as ações refletidas pelo processo de gestão das SMEs (HIONI, PREARO, 2020, p. 710).

Segundo esses autores as SMEs utilizam vários elementos do planejamento estratégico, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de uma visão para o futuro, de revisão da missão organizacional e de identificação das necessidades de professores, alunos e pais, porém seus gestores parecem focar os esforços mais no planejamento e implementação do que no monitoramento e controle.

Para Hioni e Prearo (2020) o monitoramento ainda é muito incipiente e existe uma confusão entre avaliação, que acontece em determinados períodos e revela se as metas foram ou não alcançadas e o monitoramento, que deve ser um processo contínuo que verifica se as ações estão acontecendo de forma adequada.

Nas pesquisas no site da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE também encontramos seis artigos utilizando a expressão "PME OR Plano Municipal de Educação" e mais 54 com a expressão "Planejamento OR Plano Municipal de Educação." Aplicando os filtros referentes ao período 2015-2020 e à localidade, região sudeste, selecionamos três artigos.

Em dois destes artigos a temática do planejamento e monitoramento dos Planos Municipais de Educação não é abordada diretamente, mas no decorrer das discussões em torno da gestão democrática do ensino público em Rio das Ostras (ALCÂNTARA; PFEIL, 2020) e da experiência da rede municipal de educação de Belo Horizonte na gestão por resultados e participação da comunidade escolar (SILVA; DUARTE, 2017) o processo de elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação é mencionado e a necessidade de avaliação da gestão reforçada. Além disso, os dois artigos tratam da tendência atual da gestão focada em um modelo gerencial, que contribui muito pouco para a consolidação dos mecanismos de democratização da gestão escolar e de ampliação da participação da comunidade escolar e que influencia os processos de planejamento e de monitoramento dos planos de educação.

No terceiro artigo intitulado *Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições*, os autores destacam a necessidade do Brasil "romper com o paradigma da falta de acompanhamento que assola as políticas estruturantes será o início de mudanças significativas na gestão pública da educação" (DOURADO; GROSSI JUNIOR; FURTADO, 2016, p. 458). De acordo com os autores

[...] é imprescindível que o planejamento, a proposição de políticas e a produção de indicadores se articulem como epicentro das políticas educacionais ao processo de monitoramento e avaliação do plano. Logo, torna-se necessário que todos os entes federativos estejam imbuídos de seu papel para que, a partir da aprovação e sanção de seus respectivos planos de educação, cada território assumam um compromisso com o desenvolvimento de todos os cidadãos que ali residem, tendo como mola propulsora a implementação da política educacional (DOURADO; GROSSI JUNIOR; FURTADO, 2016, p. 458).

O monitoramento dos Planos de Educação, sejam eles, estaduais ou municipais, ou mesmo o Plano Nacional de Educação (PNE), é considerado um elemento imprescindível para o direcionamento das políticas educacionais e conseqüentemente para a melhoria da qualidade da educação ofertada no país, mas conforme constataram os referidos autores em sua pesquisa, ainda estamos longe de vivenciá-lo efetivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou importantes elementos a partir dos trabalhos acadêmicos encontrados, que ressaltam a importância do planejamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, objeto de estudo do percurso dos estudos que se inicia com o trabalho dos pesquisadores do Geplage UEMG/Passos, em parceria com o Geplage UFSCAR/Sorocaba.

Em relação à região sudeste, identificou-se um número significativo de trabalhos publicados, com qualidade e contribuições muito relevantes para a temática da pesquisa. Nos trabalhos acadêmicos encontrados, mencionou-se pesquisadores que já possuem longa trajetória com estudos e pesquisas na área de Estado, Política e Gestão Educacional como Paulo Gomes Lima (2020), Luiz Fernando Dourado (2016), Eliza Ferreira (2018) e Elisangela Scaff (2019), mas também alguns que defenderam suas dissertações e teses no período de 2015-2020, apresentaram trabalhos em eventos científicos e publicaram artigos em periódicos como Roberta Bastos (2016 e 2018) e Tatiane Nascimento, o que indica uma expansão e diversificação dos estudos na área.

Além disso, nos trabalhos encontrados evidenciam-se pontos de convergência como o reconhecimento da importância dos planos de educação, da necessidade de diálogo e articulação entre PNE, PEE e PME e da efetivação do regime de colaboração entre os entes federados para implementá-los e a indicação de que o monitoramento e avaliação deles é essencial para a materialização de suas metas e pontos de interlocução a partir de estudos focados em localidades específicas do país.

Dentre os principais pressupostos apresentados, destacam-se o que se revelou em diversos trabalhos publicados como a falta de participação ativa da comunidade escolar, as fragilidades dos processos

de planejamento, monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação (PMEs), bem como da gestão dos sistemas manifestam em relação aos princípios democráticos defendidos no PNE (2014-2024), embora, o referido documento aponte para a necessidade do fortalecimento das competências técnicas e políticas dos municípios, tendo em vista a promoção da participação social, estudos e debates em torno do planejamento educacional.

Assim, as discussões em torno da temática proposta neste artigo colaboram para a identificação dos limites e possibilidades de ações dos municípios na construção dos documentos oficiais e nas atividades a serem desenvolvidas, dentre elas o planejamento, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, pois a existência do documento em si, não garante a materialização da organização do sistema e as formas de colaboração tão necessárias para efetivação das políticas educacionais explicitadas no PNE e em seus desdobramentos, os PEEs e PMEs.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, A. B.; PFEIL, M. L. Gestão democrática do ensino público em Rio das Ostras (RJ): avanços e retrocessos. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 36, n. 1, p. 177-196, ago. 2020. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/95886>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- AZEVEDO, R. R. de; AQUINO, A. C. B. de. O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo. *Revista de Contabilidade e Organizações*, [S. l.], v. 10, n. 26, p. 63-76, 2016. DOI: 10.11606/rco.v10i26.111202. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/111202>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BASTOS, R. F. A participação da sociedade civil na elaboração dos planos municipais de educação no contexto do PNE 2014-2024. *13ª Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste. Campinas - SP* - 15 e 18 de julho de 2018. GT 05 - Estado e Política Educacional. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/p/sudeste2018/trabalhos>. Acesso em: 02/02/22.
- BASTOS, R. F. *Sistemas Municipais de Ensino: a gestão das Políticas Educacionais do Município De Serra/ES'* 28/03/2016 244 f. Mestrado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória. Biblioteca Central UFES. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3704501. Acesso em: 06 mar. 2022.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- DOURADO, L.F.; GROSSI JUNIOR, G.; FURTADO, R. A. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 449 - 461, ago. 2016. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/67198>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- FARIAS, J. A. da F. C. *Ações participativas na elaboração e no monitoramento do PME de São Caetano do Sul-SP*. 2016. UFJF. São Paulo. Mestrado. Disponível em: http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/11/JULIO-AUGUSTO-DA-FONSECA-COSTA-FARIAS_REVISADO.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022.
- FERNANDES, K. L.; ABIATTI, A. S. A Inter-relação entre direito à educação e planejamento educacional: uma análise da produção científica. *Educar em Revista*. v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/HTLfz379DkrKMkY3FM3kn/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- FERREIRA, R. A. O Conselho Municipal de Educação no processo de implementação do Plano Municipal de Educação de Santo André. *13ª Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste. Campinas - SP* - 15 e 18 de julho de 2018. GT 05 - Estado e Política Educacional. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/p/sudeste2018/trabalhos>. Acesso em: 02/02/22
- FERREIRA, E. B. Planejamento educacional no Brasil e suas intercorrências atuais. In: OLIVEIRA, J. F. (Org.). Políticas e práticas de formação dos docentes, dirigentes escolares. planejamento, financiamento e avaliação da educação - Série *Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e*

Administração da Educação, IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, Organização: João Ferreira de Oliveira [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

GALVÃO, S. do V.; PATTI, D. Agenda Política e Região dos Lagos: dois planos municipais de educação. *13ª Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste. Campinas - SP* - 15 e 18 de julho de 2018. GT 05 - Estado e Política Educacional. Disponível em:

<http://anais.anped.org.br/regionais/p/sudeste2018/trabalhos> . Acesso em: 02/02/22.

HIONI, R.; PREARO, L. C. Planejamento estratégico na gestão escolar pública: um estudo na região metropolitana de São Paulo. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 706-730, ago. 2020. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/94699>. Acesso em: 30 jan. 2022.

LIMA, P. G. O planejamento da educação brasileira (PNE 2001-2024). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 704-718, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13344. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13344> . Acesso em: 16 fev. 2022.

LIMA, P. G. *Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba*. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, campus Sorocaba. 2020.

MANFIO, A. "Papel dos Conselhos Municipais De Educação Na Elaboração e Monitoramento Dos Planos Municipais De Educação." *Educação Em Revista* (Marília, Brazil) 22 (2021): 77-90. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10127>. Acesso em: 16 fev. 2022.

MARIANO, S. M. F. *O Plano de Ações Articuladas (PAR): uma perspectiva de gestão e planejamento na educação pública municipal de Uberlândia-MG*, 29/08/2016 252 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/195904384>. Acesso em: 30 jan. 2022.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidade e interlocuções. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8646/2/42.Estado%20do%20Conhecimento....pdf>. Acesso em: 12. fev. 2022.

NASCIMENTO, T. O. S. *O Plano Nacional de Educação e os desafios para a elaboração dos Planos Municipais de Educação*'15/03/2018 112 f. Mestrado em Educação. Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente. Rede de Bibliotecas da Unoeste. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7040793. Acesso em: 06 mar. 2022.

NOGUEIRA OLIVEIRA, M. E.; SANTOS NASCIMENTO, T. O.; NUNES MILITÃO, S. C. O processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação: saberes, diretrizes, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 491, ago. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/vol35n22019.91158>. Acesso em: 30 jan. 2022.

OLIVEIRA, B. A. de. *O Plano de Ações Articuladas - PAR: o processo de indução das políticas educacionais dos sistemas municipais de ensino*, 30/06/2016 407 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, São Carlos. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4460957. Acesso em: 04 mar. 2022.

PEREIRA, M. A. L. *Concepções de estado e planejamento presentes no Plano Municipal de Educação de Uberlândia/MG (2015/2025): uma análise do processo de elaboração*. 16/12/2019 177 f. Mestrado em educação. Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8860873. Acesso em: 06 mar. 2022.

QUEIROZ, V. C. B. de. *O papel dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais na formulação de políticas públicas de educação*, 22/05/2017 369 f. Doutorado em Educação.

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5187417. Acesso em: 06 mar. 2022.

SANTOS, R. *A participação social no monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos municípios da Zona da Mata mineira*. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas UFPR. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9713840. Acesso em: 08 fev. 2022.

SCAFF, E. A. da S.; FERREIRA, E. B. F. A dinâmica do planejamento educacional na esfera local após aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024). 2019. *Anais da 39ª Reunião Nacional da ANPED*. Disponível em: http://anais.anped.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=All&field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=All&field_prog_codigo_value=&field_prog_categoria_target_id=All&combine=plano+&combine_1=. Acesso em: 02/02/22

SEHNEM, E. L. F.; MARTINS, A.M. Planos municipais de educação da região metropolitana da baixada santista: análise de fontes oficiais. GT 05 - Estado e Política Educacional. *Anais da 14ª Reunião Regional da Anped- Sudeste*. Rio de Janeiro, de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sudeste2020>. Acesso em: 02/02/22.

SILVA, L. F. da; DUARTE, A. Gestão por resultados e participação da comunidade escolar: a experiência da rede municipal de educação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 751 - 769, dez. 2017. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/79306>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SILVA, M. A.; SEGATTO MURANAKA, M. A. *Uma análise do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Rio Claro-SP*. Educação: Teoria e Prática, v. 27, n. 55, p. 244-261, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9658>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TEIXEIRA, L. R. S. S. *Implicações para o regime de colaboração: uma análise das formas de colaboração no planejamento da educação fluminense* 14/12/2017 172 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6026646. Acesso em: 06 mar. 2022.

TRIPODI, Z. F. Permeabilidade Estatal e atores privados na oferta da educação infantil: o que dizem os planos municipais de educação (2014-2024). *Revista Brasileira de Educação*. V. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PW88Q4Fjt8tkpRTYpd94pNx/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

WALDHELM, A. P. de S. *Gestão educacional em redes municipais de ensino do Rio de Janeiro: rumo a uma educação com qualidade e equidade* 08/04/2016 382 f. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3729431. Acesso em: 6 mar. 2022.

Recebido em: 10.01.2021

Aprovado em 10.04.2021